

## ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DO ACESSO A MEDICAMENTOS PELA VIA JUDICIAL

Mirian Cristina Ribas<sup>1</sup>

Bruno Pedroso<sup>2</sup>

### RESUMO

O direito à saúde está previsto no âmbito constitucional, vinculado a um direito social inerente a uma vida digna. Por sua vez, as demandas no judiciário nesta área, são utilizadas em várias partes do mundo como meio de se garantir acesso a determinados bens e serviços de saúde, em especial a medicamentos. Objetivo: Este estudo examina o cenário de pesquisa inerente ao acesso a medicamentos pela via judicial, conduzindo uma análise bibliométrica do campo entre os anos de 2017 a 2021. Método: Estudo bibliométrico exploratório e descritivo, com abordagem quantitativa, realizado a partir da base eletrônica *Scopus*, no dia 01 de julho de 2021, com lapso temporal entre 2017 e 2021. Para tanto, foi realizado um mapeamento bibliométrico para análise dos dados. Resultados e discussão: O estudo é voltado às tendências de pesquisa, produtividade foco temático das publicações. Trabalhos majoritariamente brasileiros, questões relacionadas aos aspectos processuais do acesso a medicamentos pela via judicial com arcabouço de pesquisas regionalizadas, medicamentos de alto custo e questões pertinentes ao acesso a medicamentos como direito assegurado em lei. Conclusão: Ao descrever o perfil das publicações, sobre a política de incorporação, controle e armazenamento de novos fármacos, em especial àqueles mais demandados, evidenciando assim, pontos pouco explorados pela produção científica.

**Palavras-chave:** Decisões Judiciais; Direito à Saúde; Análise bibliométrica; Pacote Bibliometrix R; Biblioshiny.

### ABSTRACT

The right to health is provided for in the constitutional scope, linked to a social right inherent to a dignified life. In turn, demands in the judiciary in this area are used in various parts of the world as a means of guaranteeing access to certain health goods and services, especially medicines. Objective: This study examines the research scenario inherent to access to medicines through the courts, conducting a bibliometric analysis of the field between the years 2017 to 2021. Method: Exploratory and descriptive bibliometric study, with a quantitative approach, carried out from the electronic database *Scopus*, on July 1, 2021, with a time lapse between 2017 and 2021. For that, a bibliometric mapping was carried out for data analysis. Results and discussion: The study is focused on research trends, productivity, thematic focus of publications. Mostly Brazilian works, issues related to procedural aspects of access to medicines through the courts with a framework of regionalized research, high-cost medicines and issues related to access to medicines as a right guaranteed by law. Conclusion: When describing the profile of the publications, the need for further research also emerges on the reason for legal requests for already standardized drugs, thus showing points that have been little explored by scientific production.

**Keywords:** Judicial Decisions; Right to health; Bibliometric analysis; Bibliometrix R package; Biblioshiny.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas. Advogada com atuação na área de Direito Civil, com ênfase em Direito de Família, Sucessões e Responsabilidade Civil do Profissional da Área da Saúde. Membro dos grupos de pesquisa: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Saúde - NIPS e Avaliação da Qualidade de Vida e Qualidade de Vida no Trabalho. Email para contato: ribas.mi@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação Física. Professor associado do Departamento de Educação Física e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - PROFEI. Email para contato: prof.brunopedroso@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O direito à saúde encontra-se vinculado ao direito a uma vida digna, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro texto constitucional a tratar a saúde como um direito social, por sua vez, “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

Trata-se de direito que estabelece uma prestação positiva do Estado, se relacionando diretamente com os objetivos de justiça social, desta feita o direito à saúde, e em consequência o da vida, teria uma preferência no amparo do Poder Público em proteger a vida. Por sua vez, as demandas no judiciário nesta área, são utilizadas em várias partes do mundo como meio de se garantir acesso a determinados bens e serviços de saúde, em especial a medicamentos, promovendo na prática a efetivação do então Direito à Saúde (BRASIL, 1988; DITTRICH, 2016).

Nesse contexto, em se tratando dos ditames para uma das formas de manutenção e acesso à saúde, o fenômeno, conhecido como “judicialização de medicamentos” vêm gerando preocupações relacionadas à contradição entre os esforços dos sistemas de saúde e as determinações judiciais. De um lado, o aumento das demandas individuais externas ao planejamento orçamentário público pode elevar os custos do sistema, por outro, há a questão do papel do Judiciário na defesa do direito à saúde (ACOSTA et al., 2019).

Destarte, a temática delinea discussões por vezes conduzidas em estudos nos mais diferentes estados brasileiros, bem como caracterizando o perfil dos processos e seus diversos aspectos envolvidos, a fim de apontar alternativas que possam solucionar os problemas evidenciados (SANTOS et al., 2018).

No estudo de Lopes et al. (2019) há o entendimento de que o judiciário brasileiro tem sido provocado a intervir em questões estruturais que limitam a capacidade do SUS de cumprir um direito à saúde integral, universal e equitativo. Neste estudo, sugere que a judicialização da saúde, não parece ser uma atividade auxiliar para o cumprimento de um direito equitativo à saúde.

O aumento significativo do número de solicitações de medicamentos via contencioso, tem sido atribuído também na determinação do fornecimento de

medicamentos inclusos nas políticas públicas de saúde, por vezes negados aos usuários devido a sua indisponibilidade, além da oferta de outros medicamentos ou abordagens terapêuticas não inclusas (OLIVEIRA et al., 2020).

Assim, a judicialização de medicamentos é uma ferramenta importante e, em alguns casos, uma saída para que pacientes reivindiquem tratamentos legítimos não padronizados no sistema de saúde, evitando possíveis negligências do Estado (SILVA et al., 2020).

Isto posto, o presente estudo examina o cenário de pesquisa inerente ao acesso a medicamentos pela via judicial, conduzindo uma análise bibliométrica do campo entre os anos de 2017 a 2021.

Para tanto, os estudos bibliométricos constituem-se em uma estratégia pertinente a ser utilizada por pesquisadores, onde se concentra em analisar a produção científica existente sobre determinados assuntos, assim sob uma ótica resumida e sistematizada pode facilitar o entendimento e até mesmo apontar futuros caminhos de pesquisa.

Ou seja, estes estudos contribuem com a gestão da informação e do conhecimento, bem como fornecem referências para avaliação da comunicação científica (GUEDES; BORSCHIVER, 2005; ARAÚJO, 2006).

## 1 METODOLOGIA

Estudo bibliométrico exploratório e descritivo, com abordagem quantitativa, realizado a partir da base eletrônica *Scopus*, no dia 01 de julho de 2021, com lapso temporal entre 2017 e 2021. Para tanto, foi realizado um mapeamento bibliométrico para análise dos dados (ARIA; CUCCURULLO, 2017; ARICI et al., 2019; SONG et al., 2019).

Os descritores em ciências da saúde: *lawsuits access AND medicines*. A consulta inicial sem filtragem retornou 182 resultados de documentos. A busca e recuperação dos dados foram realizadas em 01 de julho de 2021. Os resultados foram filtrados posteriormente para excluir itens com base nos critérios de inclusão e exclusão. Dessa forma, excluíram-se capítulos de livros, editoriais, resumos de congressos, teses e dissertações.

Posteriormente, procedeu-se com a leitura dos resumos para a coleta das informações. Após esse filtro e a leitura na íntegra, chegou-se a um número total de 31 publicações correspondentes à amostra deste estudo. A questão que este estudo busca responder é: como o acesso a medicamentos pela via judicial tem evoluído em termos de produções científicas. A base de dados *Scopus* abarca registros mais elevados em termos de citações (HERADIO et al., 2016; SHEN; HO, 2020). Na sequência os dados foram exportados para análise em formato BibTeX, para posterior importação em *biblioshiny* para ferramentas bibliométricas (ARIA; CUCCURULLO, 2017).

Esta pesquisa utilizou o software bibliométrico R-package, um software que fornece um conjunto de ferramentas para a realização de pesquisas quantitativas em bibliometria. As versões recentes do pacote R do bibliométrico contém um aplicativo de interface da web (*Biblioshiny*) auxiliar os usuários na codificação para análise.

Como resultado deste trabalho, obteve-se um resumo dos dados quantitativos da pesquisa, onde foi analisada a distribuição cronológica dos artigos para em seguida levantar outras informações inerentes ao tema proposto.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo é voltado às tendências de pesquisa, produtividade foco temático das publicações. Os resultados refletem os temas e palavras-chave relevantes nas publicações; produção anual e por país, citação global, estudiosos da área e suas contribuições, colaborações entre instituições, e apresenta a análise temática na acerca da judicialização de medicamentos.

Quadro 1 – Resultado das referências mais citadas com base no número de citações globais

Nº	Título	Autores	Revista/Ano	Citações globais
1	Legal access to medications: A threat to Brazil's public health system?	Chieffi, A.L.; Barradas, R.D.C.B.; Golbaum, M	BMC Health Services Research 2017	16
2	Judicialization 2.0: Understanding right-to-health litigation in real time	Biehl, J.S.M.P. et al	Global Public Health 2019	07
3	The lawsuits to antineoplastic drugs: the tip of an iceberg?	Vidal, T.J. et al.	Ciência & Saúde Coletiva 2017	07
4	Judicialization of access to medicines in four Latin American countries: A comparative qualitative analysis	Vargas-Pelaez, C.M. et al	International Journal for Equity in Health 2019	05
5	(Un)Equitable distribution of health resources and the judicialization of healthcare: 10 years of experience in Brazil	Lopes, L.M.N. et al	International journal for equity in health 2019	04
6	Health judicialization: Access to treatment for users with diabetes mellitus	Santos, E.C.B. et al	Texto e Contexto Enfermagem 2018	04

Fonte: autores (2022)

No quadro 1 está destacado as referências mais citadas no que tange a citação Global. Esta mede o número de citações que um documento recebeu de todo banco de dados, nesta pesquisa o banco de dados utilizado é a *Scopus*. Ainda, verifica também o impacto de um documento, que na maioria das vezes, poderia receber seu maior número de citações de outras disciplinas (AGBO et al., 2021).

A análise mostra que o artigo mais citado globalmente entre 2017 e meados de 2021 partem do artigo publicado por Chieffi, Barradas e Golbaum (2017) com um total de 16 citações globais.

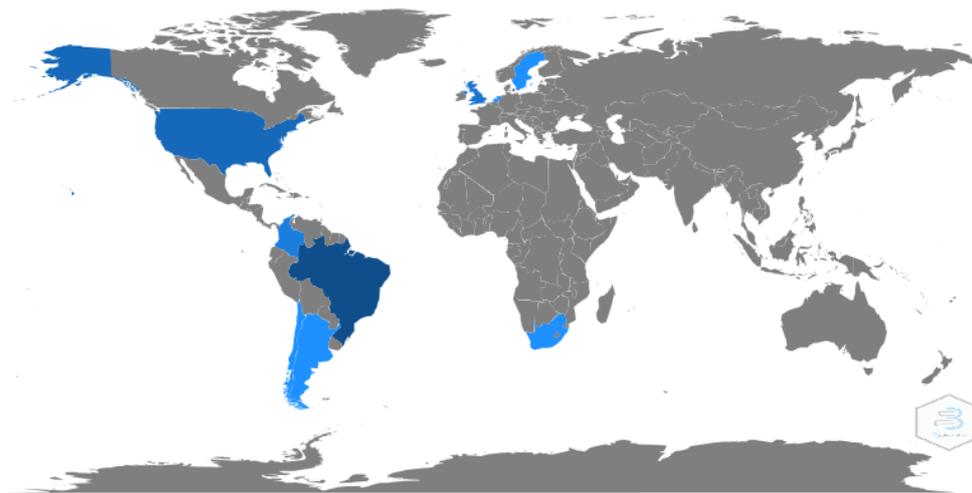
A distribuição do número de artigos por periódico evidenciou que poucos deles apresentaram citação global superior a sete. Considerando a classificação dos artigos selecionados de acordo com as áreas de conhecimento, a saúde pública/coletiva reuniu maior número de publicações, seguida das áreas de enfermagem e farmácia.

A diversidade de publicações vinculadas a diferentes áreas do saber revela que a temática é objeto de estudo interdisciplinar. Quanto ao idioma, os artigos foram majoritariamente publicados em português (n=16), seguidos do inglês (n=13)

e espanhol (n=1). No que se refere à produtividade por países que publicam sobre as temáticas, a figura 1 demonstra-os:

Figura 1 – Produção científica por país

## Country Scientific Production



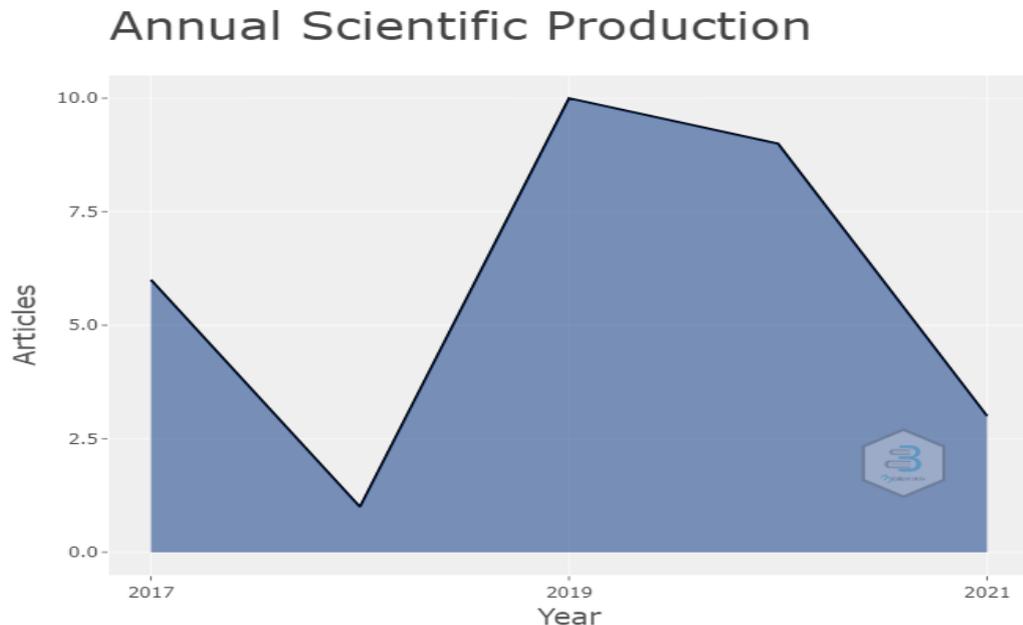
Fonte: autores (2022)

Os estudos da área foram explorados por pesquisadores de nacionalidades distintas. A demarcação em uma tonalidade mais escura de azul demonstra um maior número de publicações. À vista disso, percebe-se uma prevalência no Brasil. Em seguida, constata-se estudos dos Estados Unidos, Colômbia, Costa Rica, Argentina, Chile e África, demonstrados por uma tonalidade mais clara de azul, expressando um número inferior de publicações.

Conforme Morosini e Fernandes (2014, p.156) a “produção científica está relacionada não só a pessoa/pesquisador que a produz, mas a influência da instituição da qual está inserido, do país e de suas relações [...]”. À vista disso, a figura 3 demonstra a correlação dois países com as principais instituições e autores. Tendo como o Brasil sendo o país que possui maior afiliação a instituições que publicaram sobre as temáticas e, por conseguinte, maior número de autores ligados a programas destas.

A figura 2 demonstra a produção científica anual dos artigos acerca do acesso a medicamentos pela via judicial.

Figura 2 – Produção científica anual

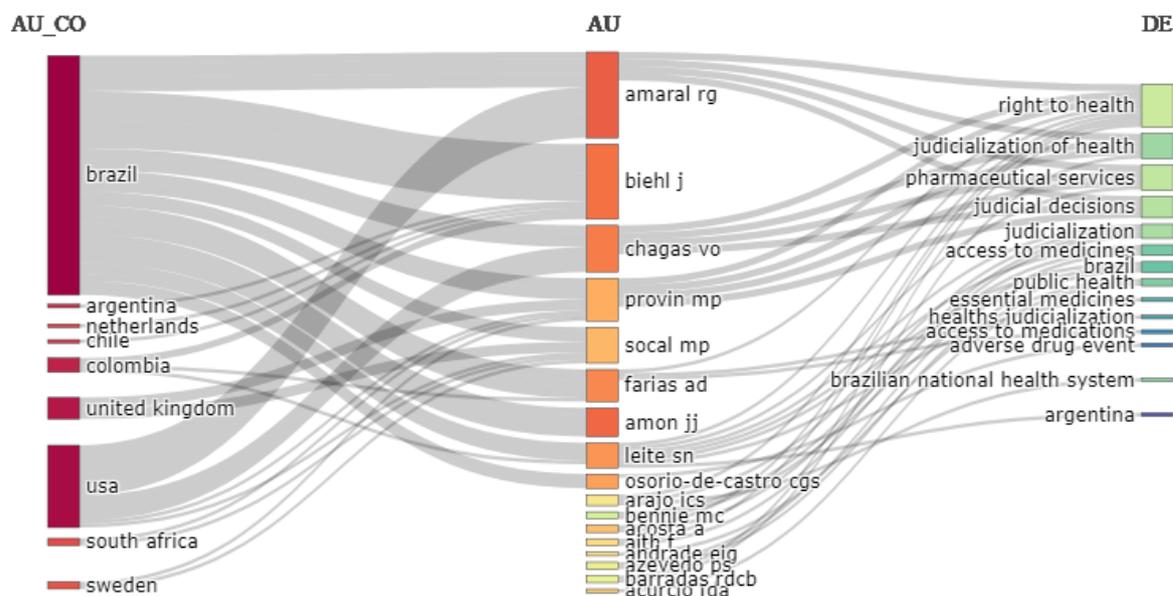


Fonte: autores (2022)

Em 2019 foram registrados 11 artigos, o que o torna o maior número de publicação por ano registrada até o momento, em 2020 foram publicados nove, já em 2017 com total de sete, 2021 com três, e em 2018 com apenas um. Considerando que a temática é emergente, espera-se que a produção científica cresça anualmente.

Com relação às instituições e afiliações dos autores, contribuindo para a temática objeto deste estudo, a produção das publicações revelou as 20 principais instituições. Apenas cinco publicaram três pesquisas ou mais, sendo: Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília e *Princeton University*. As demais instituições publicaram um a dois estudos.

Figura 3 – Contribuições de artigos por países, autores e temas dentro da área de judicialização de medicamentos



Fonte: autores (2022)

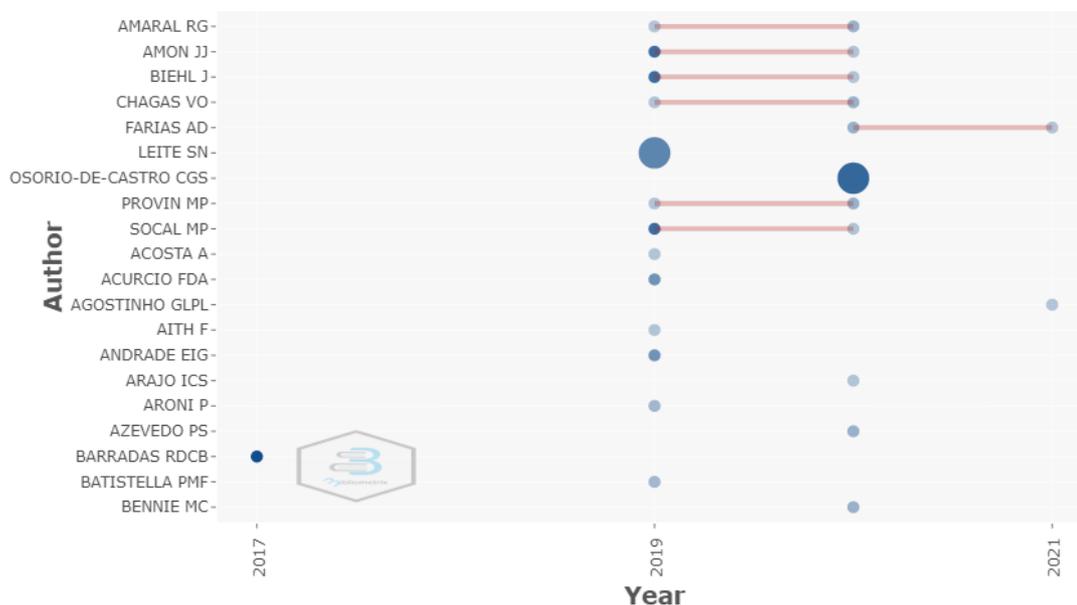
Esta figura representa um gráfico de três campos três campos de países, autores e temas, sendo enfatizado na altura de cada caixa e espessura das linhas de conexão; quanto mais densa a correlação das linhas, mais informação ou volume de trabalho foi produzido pelos estudiosos e quanto mais alta a caixa, mais significativo (AGBO et al., 2021).

Segundo Agbo et al. (2021), a coluna localizada à esquerda representa países ativos, a coluna do meio mostra nomes dos pesquisadores que contribuíram nesses países, e a coluna mais à direita representa as palavras-chave mais usadas pelos autores.

As ocorrências dessas palavras-chave forma o se denomina de "temas" neste estudo. Conforme a altura das caixas e a espessura das linhas de conexão. O Brasil tem mais afiliações de autores, sendo Amaral, Biehl e Chagas os principais.

Figura 4 – Estudiosos na área de judicialização de medicamentos

### Top-Authors' Production over the Time

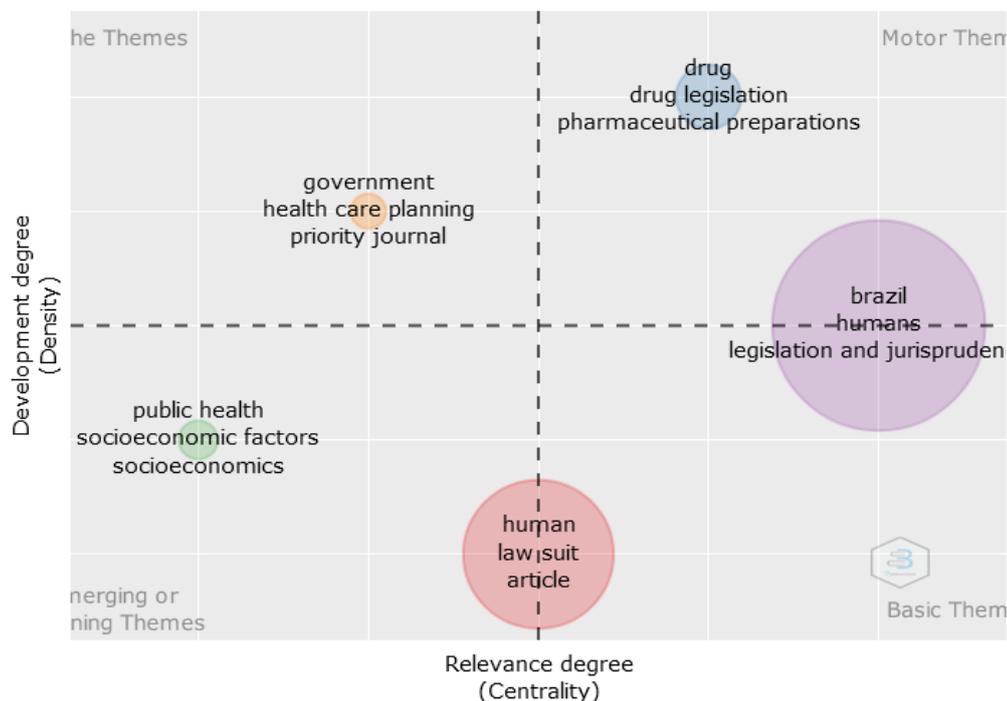


Fonte: autores (2022)

Os nomes dos estudiosos da área têm mostrado consistência ao contribuir com a pesquisa neste campo, denota-se respectivamente nos anos de 2019 e 2020 as contribuições das autoras Silvana Nair Leite (VARGAS-PELAEZ et al., 2019) e Claudia Garcia Serpa Osorio-de-Castro (CAETANO et al., 2020).

Nesta figura, a linha representa a linha do tempo de um autor, sendo o tamanho das bolhas proporcional ao número de documentos produzidos por um autor no ano; a intensidade da cor da bolha é proporcional ao número total de citações por ano, a primeira bolha na linha indica quando o autor passou a publicar na área e quanto maior a bolha, maior o número de artigos publicou um autor por ano (AGBO et al., 2021).

Figura 5 – Mapa temático



Fonte: autores (2022)

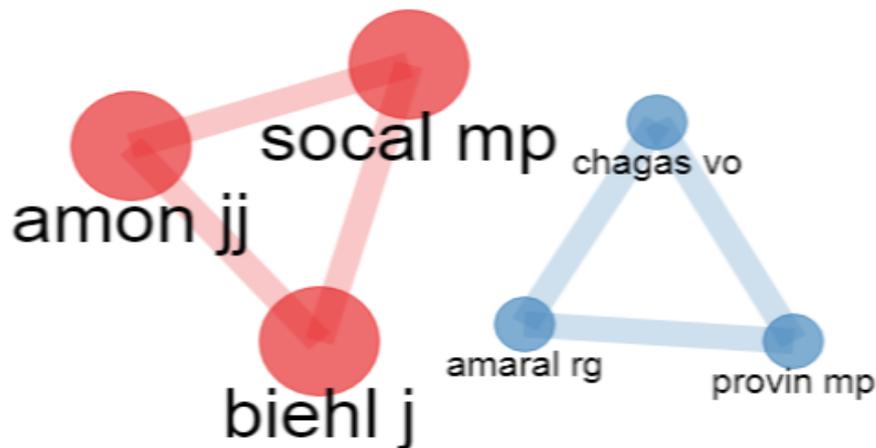
Para Esfahani, Tavasoli e Jabbarzadeh (2019), a análise temática leva grupos de palavras-chave dos autores e suas interconexões na obtenção de temas. Referidos temas são caracterizados pela densidade e centralidade. A densidade é representada no eixo vertical, já a centralidade toma o eixo horizontal.

Sob esta ótica, tais propriedades medem se certos tópicos são bem desenvolvidos e sua importância. Ainda, a coesão entre um nó, que representa a densidade de uma pesquisa campo delinea sua capacidade de se desenvolver e sustentar (AGBO et al., 2021).

Na figura 5, depreende-se que está dividido em quatro quadrantes. O quadrante superior direito representa os temas principais, o inferior direito os temas subjacentes, o quadrante superior esquerdo se refere a temas mais especializados, já o quadrante inferior esquerdo está sugerindo o desaparecimento de certos temas (ESFAHANI; TAVASOLI; JABBARZADEH, 2019).

Notavelmente temas como “legislação e medicamentos”, podem estruturar o campo de pesquisa. Nessa perspectiva, “saúde”, é um tema básico e muito importantes para o desenvolvimento do campo.

Figura 6 – Mapeamento da rede de colaboração dos autores



Fonte: autores (2022)

Nesta representação, os nomes dos autores são escritos nas caixas; quanto maior o caixa, quanto mais ampla a rede de colaboração. Apesar de não ser uma rede extensa na figura apresentada, o fato de haver mais do que uma rede já representa algum grau de colaboração existente nas pesquisas na área.

Tal colaboração é apresentada em uma rede onde os nós representam os autores e os links que conectam os nós representam os relacionamentos. No presente estudo, destacamos a rede de colaboração entre os autores, a título de exemplo, Social e Biehl todos conectados a Amon.

Para uma análise final, buscaram-se identificar quais foram as palavras chaves mais utilizadas nos estudos em questão. Demonstra-se através da figura 7, a nuvem de palavras das palavras chaves dos autores e complementares.

Figura 7 – Nuvem de palavras



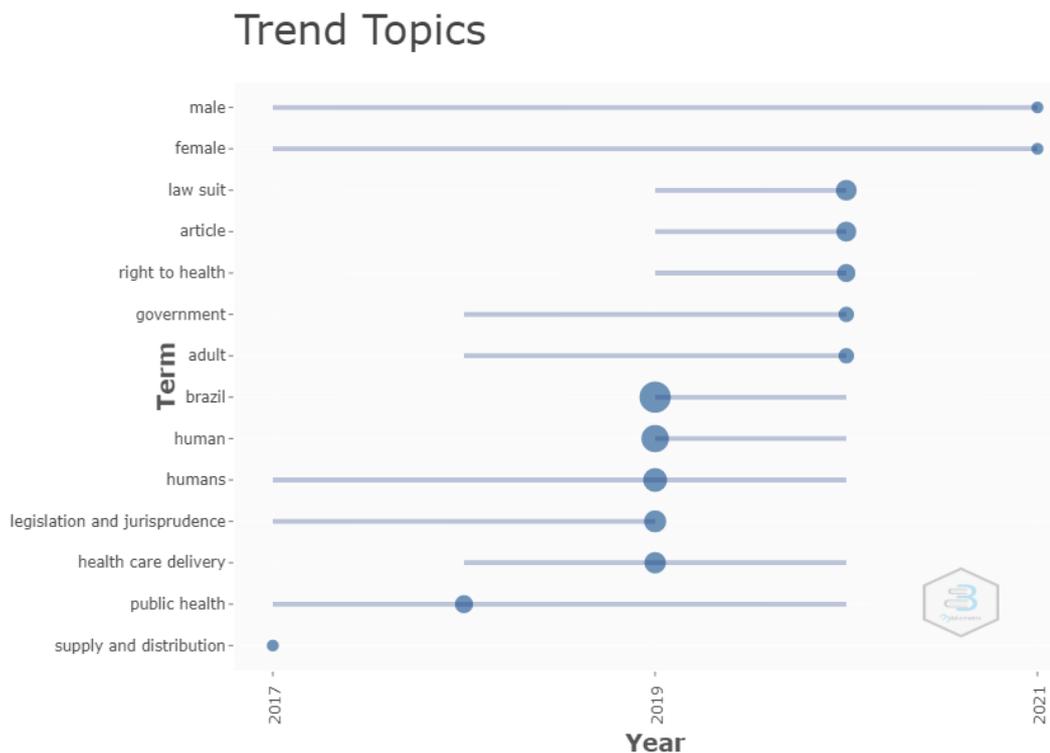
Fonte: autores (2021)

A nuvem de palavras é gerada a partir do título, *abstract* e *keywords*. Neste caso as palavras usadas na seara da judicialização de medicamentos, estão entre o maior número de palavras-chave repetitivas dentro desta nuvem. Demonstra a prevalência de termos que permeiam a temática, as palavras-chave da publicação também ajudam a identificar o tópico e o foco dessa publicação.

Existem palavras que são comuns aparecerem em pesquisas da área, como *humans*, *health policy*, *public health*, *health services accessibility*, *legislation*, *law suit*, *essential drug*, *decision making*.

Uma observação atenta dessas palavras-chave de seu código de cores sugere que uma palavra-chave maiores representadas por sua largura estão conectados a outras palavras-chave menores (AGBO et al., 2021).

Figura 8 – Rede de co-ocorrência de palavras-chave



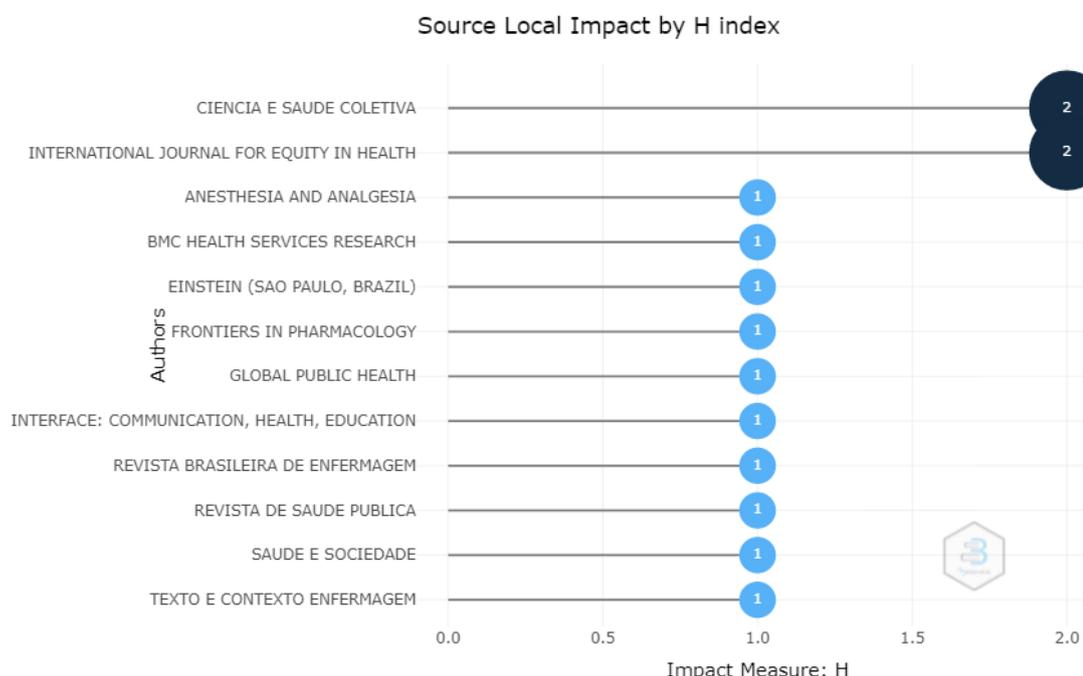
Fonte: autores (2022)

Essa figura demonstra a recorrência dos temas no decurso do período analisado, fornecendo mais informações sobre os tópicos de tendência em termos de ocorrências de palavras-chave na literatura acerca da judicialização de medicamentos ao longo dos anos. Embora as palavras-chave de muitos autores

sejam demonstradas na nuvem de palavras (figura 7), esta análise apresenta a hierarquia arranjo de tópicos acerca da temática, discutidos pela comunidade acadêmica por ano (AGBO et al., 2021).

Portanto, os resultados apontam que além de identificar as palavras-chave mais frequentes, revelou também as conexões. Dessa forma, algumas palavras-chave têm um impacto maior em uma rede.

Figura 9 – Índice H



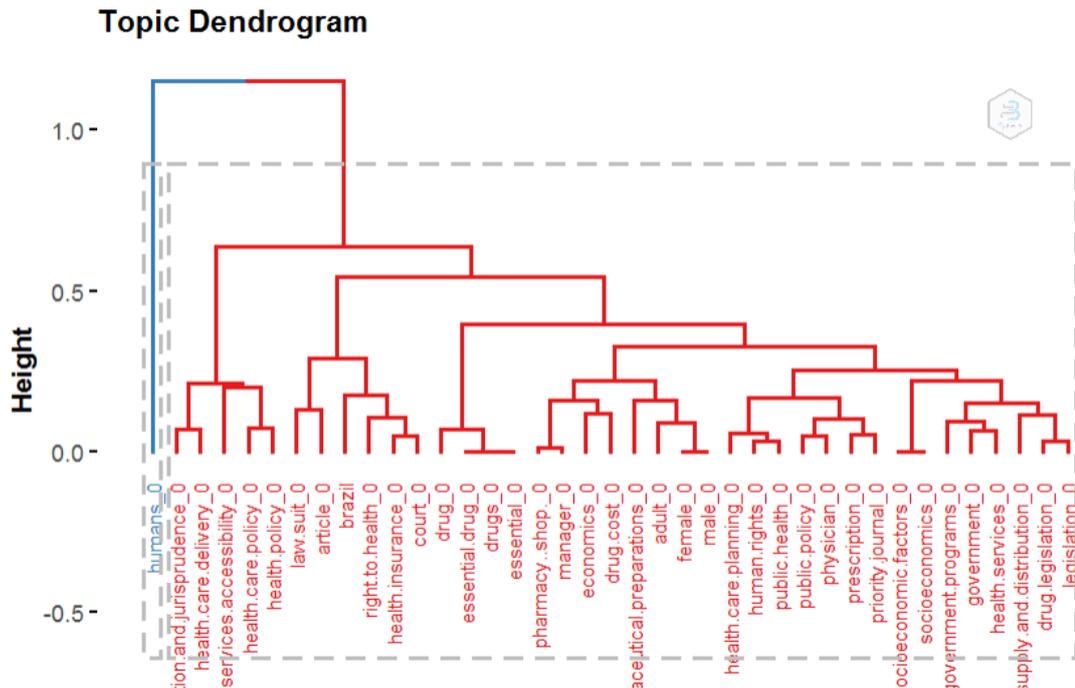
Fonte: autores (2022)

Destaca-se que por vezes o exercício do direito já reconhecido e também incorporado nas políticas de saúde, são postulados na esfera judicial, corroborando com a pesquisa de Vieira e Zucchi (2007) os quais observaram que 62% dos medicamentos demandados faziam parte de alguma lista do Sistema Único de Saúde.

Nesse passo, os estudos foram publicados em periódicos, que são diferenciados de acordo com a sua relevância. Para isso, considerou-se o índice h ou h-index, que demonstra a produtividade e o impacto da mesma. Demonstra-se com a figura 9, os periódicos que apresentaram este índice.

Identificou-se que dois periódicos publicaram duas pesquisas sobre o assunto estipulado quais sejam: *Ciência e Saúde Coletiva* e *International Journal for Equity in Health*. Ressalta-se que ambos abordam uma temática pré-definida em relação a área da saúde e suas ramificações, o que explica a aparição de mais artigos.

Figura 10 – Dendograma



Fonte: autores (2022)

O dendrograma é um diagrama que exibe os grupos formados por agrupamento de observações em cada passo e em seus níveis de similaridade (distância). Para tanto, o nível de similaridade é medido ao longo do eixo vertical e as diferentes observações são listadas ao longo do eixo horizontal (ESFAHANI; TAVASOLI; JABBARZADEH, 2019).

No caso estudado, verifica-se que este apresenta classes e subclasses bem definidas, as quais possibilitam uma melhor compreensão da associação entre os termos que emergiram da nuvem de palavras (figura 7). Denota-se um grande cluster que começa a se subdividir em clusters menores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo expôs uma variabilidade de informações no que tange a busca por documentos acadêmicos sobre o acesso a medicamentos pela via judicial. Denota-se uma predominância de estudos brasileiros, como constatado através das análises utilizando o software *Biblioshiny for Bibliometrix*, que delineou uma superioridade numérica em afiliações a instituições de ensino, autores e periódicos da área.

Os temas mais investigados estão relacionados aos aspectos processuais do acesso a medicamentos pela via judicial com arcabouço de pesquisas regionalizadas, medicamentos de alto custo e questões pertinentes ao acesso a medicamentos como direito assegurado em lei.

Do levantamento dos trabalhos, emerge a necessidade de novas pesquisas sobre a política de incorporação, controle e armazenamento de novos fármacos, em especial àqueles mais demandados, evidenciando assim, pontos pouco explorados pela produção científica, o que pode contribuir a fim de verificar possíveis falhas de logística e gestão na aquisição e distribuição desses medicamentos.

Autores como Silvana Nair Leite, Claudia Garcia Serpa Osorio-de-Castro, Mariana Socal, Joseph Amon e João Biehl, foram os que mais se destacaram. A realização de uma pesquisa bibliométrica por meio da base de dados *Scopus*, ratificou questões quanto a magnitude e emergência da temática.

Por fim, este estudo fornece uma visão geral sobre a produção neste campo ao longo do triênio 2017-2019 e pode ser utilizado como auxílio nas reflexões sobre a primazia do direito à vida e em consequência à saúde, assegurado em lei, porém com solicitações exponenciais junto ao Poder Judiciário em especial no que pertine o acesso a medicamentos.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. et al. Judicialización del acceso a medicamentos en el contexto suramericano. **Revista De Direito Sanitário**, v. 20, n. 1, p. 32-62, 2019.

- AGBO, F.J. et al. Scientific production and thematic breakthroughs in smart learning environments: a bibliometric analysis. **Smart Learning Environments**, v. 8, n. 1, p. 1-25, 2021.
- ARAÚJO, C.A.A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, 2006.
- ARIA, M.; CUCCURULLO, C. Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959-75, 2017.
- ARICI, F. et al. Research trends in the use of augmented reality in science education: Content and bibliometric mapping analysis. **Computers in Education**, v. 142, n. 103647, 2019.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília (DF), 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 07 dez. 2021.
- BIEHL, J. et al. Judicialization 2.0: understanding right-to-health litigation in real time. **Global public health**, v. 14, n. 2, p. 190-9, 2019.
- CAETANO, R. et al. O caso do eculizumabe: judicialização e compras pelo Ministério da Saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, n. 22, 2020.
- CHIEFFI, A.L.; BARRADAS, R.C.B.; GOLBAUM, M. Legal access to medications: a threat to Brazil's public health system?. **BMC Health Services Research**, v. 17, n. 1, p. 1-12, 2017.
- DITTRICH, R. et al. The international right to health: what does it mean in legal practice and how can it affect priority setting for universal health coverage? **Health Syst Reform**. v. 2, n. 1, p. 23-31, 2016.
- ESFAHANI, H.; TAVASOLI, K.; JABBARZADEH, A. Big data and social media: A scientometrics analysis. **International Journal of Data and Network Science**, v. 3, n. 3, p. 145-64, 2019.
- GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: VI Cinform, 2009, Salvador/BA. **Anais** [...] Salvador, 2005. Disponível em: [http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi\\_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf](http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf). Acesso em: 10 set. 2021.
- HERADIO, R. et al. Virtual and remote labs in education: **A bibliometric analysis**. **Computers in Education**, v. 98, p. 14-38, 2016.

LOPES, L.M.N. et al. (Un) Equitable distribution of health resources and the judicialization of healthcare: 10 years of experience in Brazil. **International journal for equity in health**, v. 18, n. 1, p. 1-8, 2019.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções, **Educação Por Escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-64, 2014.

OLIVEIRA, Y.M.C. et al. Judicialização de medicamentos: efetivação de direitos ou ruptura das políticas públicas?. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 1-10, 2020.

SANTOS, E.C.B. et al. Judicialização da saúde: acesso ao tratamento de usuários com diabetes mellitus. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 27, n. 1, p. 1-7, 2018.

SHEN, C.W.; HO, J.T. Technology-enhanced learning in higher education: A bibliometric analysis with latente semantic approach. **Computers in Human Behavior**, v. 104, n. 106177, 2020.

SILVA, R.E. et al. The high “cost” of experimental drugs obtained through health litigation in Brazil. **Frontiers in Pharmacology**, v. 11, p. 1-7, 2020.

SONG, Y. et al. Exploring two decades of research on classroom dialogue by using bibliometric analysis. **Computers in Education**, v. 137, p. 12-31, 2019.

VARGAS-PELAEZ, C.M. et al. Judicialization of access to medicines in four Latin American countries: a comparative qualitative analysis. **International journal for equity in health**, v. 18, n. 1, p. 1-14, 2019.

VIDAL, T.J. et al. The lawsuits to antineoplastic drugs: the tip of an iceberg?. **Ciencia & saude coletiva**, v. 22, p. 2539-48, 2017.

VIEIRA, F.S.; ZUCCHI, P. Distorções causadas pelas ações judiciais à política de medicamentos no Brasil. **Rev Saude Publica**, v. 41, n. 2, p. 214-22, 2007.